



**Plano Plurianual
PPA 2008-2009**

Ministério da Previdência Social

PLANO PLURIANUAL 2008-2011



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

EXERCÍCIO 2010

ANO-BASE 2009

Caderno Setorial

Brasília, agosto de 2010

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	2
3. AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS SETORIAIS – INDICADORES.....	4
3.1. OBJETIVO SETORIAL 1: Implementar uma política Justa e sustentável	4
3.1.1. PRINCIPAIS RESULTADOS.....	4
3.2. OBJETIVO SETORIAL 2: Melhorar a qualidade do atendimento.....	5
3.2.1. PRINCIPAIS RESULTADOS.....	5
3.3. OBJETIVO SETORIAL 3: Reconhecer Direitos e promover a inclusão no sistema.....	6
3.3.1. PRINCIPAIS RESULTADOS.....	6
4. AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	7
4.1. PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA – PROGRAMA 0083	7
4.1.1. GERENTE	7
4.1.2. OBJETIVO.....	7
4.1.3. PÚBLICO-ALVO	7
4.1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	7
4.1.5. EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	8
4.1.6. METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	8
4.1.7. INDICADORES.....	12
4.1.8. AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS	13
4.1.9. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011	14
4.2. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS – PROGRAMA 0085.....	16
4.2.1. GERENTE	16
4.2.2. OBJETIVO.....	16
4.2.3. PÚBLICO-ALVO	16
4.2.4. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	16
4.2.5. EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	16
4.2.6. METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	17
4.2.7. INDICADORES.....	18
4.2.8. AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS	19
4.2.9. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011	19
4.3. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – PROGRAMA 0086.	21
4.3.1. GERENTE	21
4.3.2. OBJETIVO.....	21
4.3.3. PÚBLICO-ALVO	21
4.3.4. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	21
4.3.5. EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	21
4.3.6. METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	22
4.3.7. INDICADORES.....	22
4.3.8. AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS	23
4.3.9. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011	25
4.4. REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL – PROGRAMA 1009	27
4.4.1. GERENTE	27
4.4.2. OBJETIVO.....	27
4.4.3. PÚBLICO-ALVO	27
4.4.4. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	27

4.4.5.	EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	28
4.4.6.	METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	28
4.4.7.	INDICADORES.....	29
4.4.8.	AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS	29
4.4.9.	PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011	30
4.5.	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PROGRAMA 1079.....	31
4.5.1.	GERENTE.....	31
4.5.2.	OBJETIVO.....	31
4.5.3.	PÚBLICO-ALVO	31
4.5.4.	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	31
4.5.5.	EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	32
4.5.6.	METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	32
4.5.7.	INDICADORES.....	33
4.5.8.	AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS	33
4.5.9.	PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011	34

1. APRESENTAÇÃO

A Previdência Social implementou, em 2009, ações que contribuíram para aperfeiçoar os serviços prestados e melhorar o atendimento, com o objetivo de proteger os trabalhadores e suas famílias, buscando uma política justa e sustentável e o aumento da cobertura social.

Um conjunto de medidas possibilitou o reconhecimento automático de direitos previdenciários como: a facilidade ao acesso ao extrato previdenciário, o envio de carta aos cidadãos que estão prestes a se aposentar por idade e o agendamento com dia e hora marcados pela central telefônica.

Com foco na inclusão social, melhoria da vida do cidadão e promoção da estabilidade, na concorrência e eficiência do sistema financeiro do país e no zelo pelo interesse dos participantes e assistidos dos regimes de previdência complementar, marcou com a articulação e os avanços para criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 2009, autarquia responsável pela fiscalização das entidades fechadas de previdência.

Para alavancar a melhoria do atendimento foram implantados Centros de Documentação Previdenciária (CedocPrev), com o objetivo de gerenciar as informações de arquivos, bibliotecas e museus da Previdência Social para preservar o acervo documental e tornar mais eficaz a localização de documentos e processos. Além dessas ações, o início da Expansão da Rede de Atendimento do INSS marcou o ano em questão.

No âmbito do RGPS, pode-se dizer que os resultados de 2009 representaram, em certa medida, uma reversão do bom momento vivido nos anos de 2007 e 2008. Por um lado, o desempenho econômico do País, devido aos efeitos da crise financeira internacional eclodida ainda em 2008, fez com que a arrecadação previdenciária avançasse em níveis inferiores ao ocorrido nos últimos anos; por outro, o impacto das medidas de gestão tomadas a partir de 2005 (como a Cobertura Previdenciária Estimada – COPES, a contratação de médicos peritos e o Censo Previdenciário) começa a mostrar seus limites.



2. SUMÁRIO EXECUTIVO

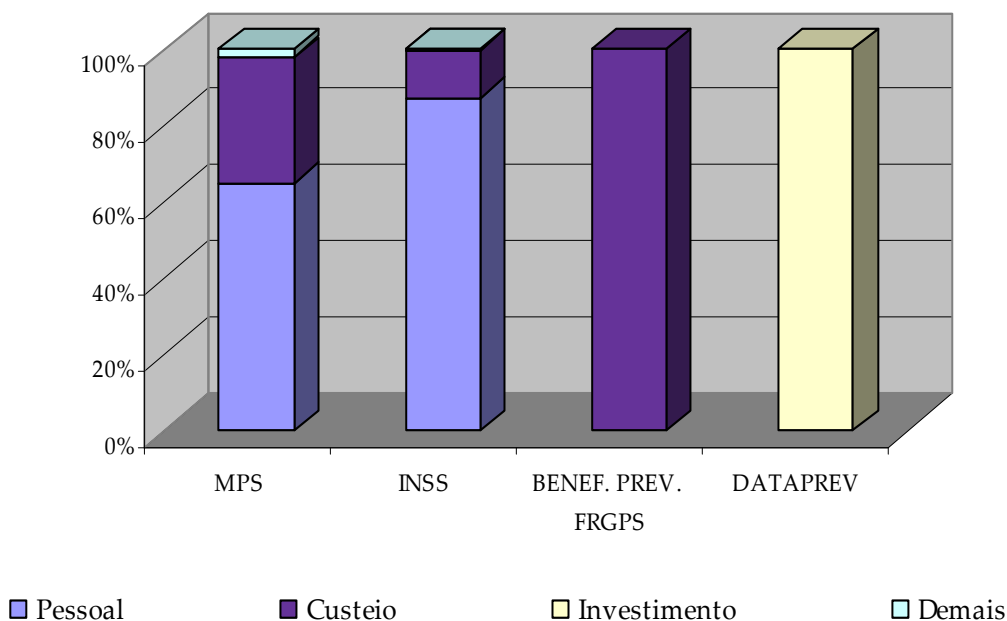
Em 2009 do total previsto para o Ministério da Previdência Social (MPS) foram utilizados 98% na execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, conforme quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$241.557.259.858,00	Empenho Liquidado:	R\$ 237.612.947.469,10
	Pago Estatais:	R\$ 98.635.290,00
	Total:	R\$ 237.711.582.759,10

* Incluso o valor autorizado e liquidado para empresa estatal.

Do valor total inscritos em Restos a Pagar (RAP), R\$ 17 milhões referente ao exercício 2008, foram executados R\$ 12 milhões, o que representa 70%.

Na execução do orçamento 2009 por unidade orçamentária e grupo de despesa observa-se a seguinte distribuição por órgão e empresa estatal do MPS:



Na execução dos programas finalísticos registra-se que o programa Previdência Social Básica é responsável por aproximadamente 99% do valor total da Lei Orçamentária Anual (LOA), pois nele estão alocados os pagamentos de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a manutenção de toda rede de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além das despesas com concessão e manutenção de benefícios, conforme se observa no quadro abaixo:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2009		
		Previsto	Realizado*	%
Finalístico	0083 - Previdência Social Básica	223.608.488.522,00	220.892.942.858,91	98,79
	0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários	1.004.136.479,00	123.773.209,93	12,33
	0086 - Previdência Complementar	4.831.466,00	2.564.875,44	53,09
	1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	18.740.830,00	2.813.564,89	15,01
	1079 - Educação Previdenciária	3.162.988,00	1.911.862,37	60,44
Finalístico (total)		224.639.360.285,00	221.024.006.371,54	98,39
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0087 - Gestão da Política de Previdência Social	162.579.468,00	143.812.754,65	88,46
	0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	1.134.182.989,00	1.061.796.512,43	93,62
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (total)		1.296.762.457,00	1.205.609.267,08	92,97
Total Global		225.936.122.742,00	222.229.615.638,62	98,36

* Valores Executados (liquidados) em 2009



3. AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS SETORIAIS – INDICADORES

Objetivo de Governo: promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se seu caráter democrático e a descentralização.

3.1. OBJETIVO SETORIAL 1: Implementar uma política Justa e sustentável

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de Medida	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Indicador de Cobertura Social / percentagem %	63,40	31/12/2005	65,33
Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência / percentual %	74,77	31/12/2006	77,50

3.1.1. PRINCIPAIS RESULTADOS

A criação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, autarquia responsável pela fiscalização das entidades fechadas de previdência trará mais segurança e transparência mediante a modernização dos instrumentos de fiscalização e controle, com vistas a dar proteção e zelar pelo interesse dos participantes e assistidos. Também foi desenvolvida a Estratégia Nacional de Educação Financeira e Previdenciária como ferramenta de inclusão social, melhoria da vida do cidadão e promoção da estabilidade, concorrência e eficiência do sistema financeiro do país. O Conselho de Recursos da Previdência Social tem papel fundamental na política justa e para melhor atender as demandas, em 2009, foram criadas duas Composições Adjuntas do Conselho de Recurso da Previdência Social no estado de São Paulo e nomeação de 98 novos conselheiros. Para garantir um atendimento digno a esses cidadãos, com qualidade, comodidade e rapidez, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS tem direcionado os recursos para ações que facilitem o acesso das pessoas aos seus direitos, contribuindo assim para o bem-estar social. Outra ação que merece destaque é Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social, assegurando o direito do cidadão de manifestação sobre a atuação da Previdência Social e de orientação a respeito de demandas e processos. A Ouvidoria-Geral da Previdência Social é a unidade responsável pelo registro e tratamento das manifestações, que são encaminhadas pelos usuários da Previdência Social e público em geral, na forma de reclamações, sugestões, denúncias e elogios com objetivo de disponibilizar canal direto de comunicação, entre a Instituição e o cidadão, e oferecer resposta conclusiva para as manifestações. A análise do conteúdo das manifestações recebidas dos usuários possibilita que novas ações de melhoria sejam implantadas, principalmente com relação à implementação de projetos de otimização da concessão de benefícios. A busca pelos serviços prestados pela Ouvidoria é crescente, no período de agosto/1998, mês de sua criação, até dezembro/2009 foram cadastradas 1.794.964 manifestações, das quais 95% foram solucionadas. Em 2009, a média mensal de usuários que buscaram os serviços prestados pela Ouvidoria foi de, aproximadamente, 16 mil usuários/mês. No decorrer do exercício foram processadas 330.026 manifestações, das quais 75% resultaram no atendimento direto de 246.262 cidadãos. No que diz respeito ao combate a fraude a corrupção foram, em 2009, deflagradas 58 ações em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal que resultaram em 436 mandados de busca e



apreensão; 323 mandados de prisão; 211 indiciamentos e 103 conduções coercitivas. O reconhecimento das doenças do trabalho passou a ser feito por meio do Nexo Técnico Epidemiológico e foi definida a nova metodologia do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), aplicado a partir de 2010.

3.2. OBJETIVO SETORIAL 2: Melhorar a qualidade do atendimento.

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de Medida	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
TMC - Tempo Médio de Concessão / dia	32,00	30/04/2007	15,00
TME - Tempo Médio de Espera / minuto	50,00	30/04/2007	10,00

3.2.1. PRINCIPAIS RESULTADOS

A melhoria do atendimento aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS marcou o ano de 2009. Pela Central Telefônica 135 o segurado agenda dia e hora do atendimento e escolhe a Agência de sua preferência. Foram mais de 5,4 milhões de ligações/mês para a Central. No total a Previdência Social atendeu, em 2009, 44,6 milhões de cidadãos de forma presencial e 65 milhões pela Central de Teleatendimento 135. O reconhecimento automático de direitos – benefícios em até 30 minutos – promoveu uma verdadeira revolução nos serviços públicos e ficou registrado como símbolo dos 86 anos da Previdência Social brasileira. A mudança tornou-se possível com o Decreto nº 6.722 de 30/12/2008, que ampliou a base de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), utilizados para a comprovação de vínculos empregatícios, remunerações e contribuições previdenciárias.

O reconhecimento automático foi o início do processo de mudanças. Muitas outras ações confirmam a busca pela excelência no atendimento. Destaca-se o Extrato de Contribuições Previdenciárias, fornecido aos segurados nas agências, por meio da internet nos terminais de auto-atendimento do Banco do Brasil. Previdência também implantou o “Aviso para Requerimento de Benefícios”, uma carta enviada aos segurados urbanos que completam as condições mínimas para requerer a aposentadoria por idade. E a “Carta de Serviços ao Cidadão” que informa sobre os benefícios e serviços oferecidos pelo órgão e os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Teve início o Plano de Expansão da Rede de Atendimento do INSS, que prevê a criação de 720 novas Agências o que representa um incremento de 65% no número de unidades fixas, hoje de 1.123, em 965 municípios. Com a expansão, serão 1.843 unidades em 1.685 cidades brasileiras. Além disso, a rede atual está sendo adequada aos novos padrões de atendimento, com instalação de novos sistemas de climatização, automação, acessibilidade e segurança. Foram implantados 24 Centros de Documentação Previdenciária (CedocPrev), para gerenciar as informações de arquivos, bibliotecas e museus. Além da digitalização e da preservação do acervo documental, os sistemas de arquivos contribuem para tornar mais eficaz a localização de documentos e processos. Indicadores do Programa Tempo Médio de Concessão (TMC): Esse indicador superou a previsão PPA (25 dias) e apresentou estabilidade durante todo o exercício de 2009, em janeiro foram 23 dias e em dezembro, 24 dias. Salientamos que, em 2009, o INSS atravessou um período de instabilidade de sistemas e greve de seus servidores, o que prejudicou a manutenção dos valores de 2008, que foi de 21 dias. Tempo Médio de Espera (TME): Houve



melhora de 32% dos valores que iniciaram o ano, 41 minutos, terminando o exercício em 28 minutos. Também foi superada em 8,36 minutos a posição de 2008 (36,36 minutos).

3.3. OBJETIVO SETORIAL 3: Reconhecer Direitos e promover a inclusão no sistema.

Indicador(es) do Objetivo Setorial/ Unidade de medida	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Indicador de Cobertura Social / porcentagem%	63,40	31/12/2005	65,33
Taxa de Solução de Demandas / percentual%	71,57	31/12/2006	77,00

3.3.1. PRINCIPAIS RESULTADOS

No Brasil há mais de 55 milhões de trabalhadores protegidos, por outro lado, existem 28,6 milhões de pessoas sem qualquer tipo de cobertura social. Ampliar a cobertura previdenciária é o objetivo do Programa Educação Previdenciária e para isso existem desafios a serem superados, entre eles o desconhecimento das normas e regras da Previdência Social e a ausência de cultura preventiva. A promoção de ações educativas é um processo contínuo junto à sociedade, pois os trabalhadores, os segurados, aposentados e pensionistas, necessitam de orientação e informação sobre a legislação e os serviços oferecidos pela rede de atendimento do INSS, com vistas ao reconhecimento e manutenção do direito aos benefícios. A capacitação de 609 servidores para atuarem como “disseminadores” foi fundamental para o sucesso dos resultados alcançados. Foram atendidos 498.574 cidadãos nos eventos de orientação, informação e divulgação das melhorias do atendimento, o que possibilitou a formação de 11.594 disseminadores externos das informações previdenciárias. Com objetivo de ampliar a atuação do Programa foram celebradas parcerias com diversos órgãos. Também foi celebrada parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, para inclusão do tema na grade curricular transversal nas Escolas Públicas da Rede Estadual do Ensino de Goiás. Instituição do Microempreendedor Individual amplia as possibilidades de inclusão previdenciária de empreendedores de baixa renda como feirantes, pedreiros, eletricitas, encanadores, doceiros, barbeiros e outros profissionais. Lançado em julho de 2009, em alguns estados, 126 mil empreendedores já haviam se formalizado até o final do ano. Estima-se que 11 milhões de pessoas podem aderir ao programa. O número de trabalhadores que contribuem para o Regime Geral da Previdência Social chegou a 53,4 milhões. O MPS atribuiu a superação do índice ao crescimento do mercado de trabalho formal e às políticas de incentivos à contribuição previdenciária. O Brasil ratificou a Convenção 102 da OIT e ainda assinou novos acordos previdenciários com a Bélgica e a Alemanha. Em 2009 foi iniciada a revisão do Plano Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho, além de estudos e pesquisas para a revitalização da Reabilitação Profissional. Foram realizadas mais de 390 ações Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos, nos Estados e Municípios, gerando a emissão de igual número de Notificações de Auditoria.



4. AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS

4.1. PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA – PROGRAMA 0083

4.1.1. GERENTE

Valdir Moysés Simão

4.1.2. OBJETIVO

Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.

4.1.3. PÚBLICO-ALVO

Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social.

4.1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescimento da expectativa de vida impacta fortemente a Previdência Social, cujos benefícios passam a ser mantidos por tempo cada vez mais longo. A redução do número de filhos por mulher em idade fértil igualmente terá conseqüências para a Previdência, pois hoje já chegamos à "taxa de reposição de longo prazo" e, dentro de uma a duas gerações, estima-se que a população brasileira, envelhecida, comece a reduzir-se.

Outras mudanças importantes afetam o sistema previdenciário, notadamente as alterações do mercado de trabalho. Apesar de o país ter revertido, nos últimos anos, a tendência de fragilização e informalização que o mercado de trabalho brasileiro vinha experimentando desde os anos 80, sabe-se que novas formas de contratos de trabalho têm surgido, novas tecnologias têm modificado a forma de trabalhar, além de ter ocorrido uma redistribuição setorial e espacial do trabalho no Brasil e no mundo. A queda gradativa da relação entre o número de contribuintes e de beneficiários da Previdência Social e a aposentadoria em idade precoce sinaliza a necessidade de adoção de medidas urgentes em busca de solução para garantir a sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

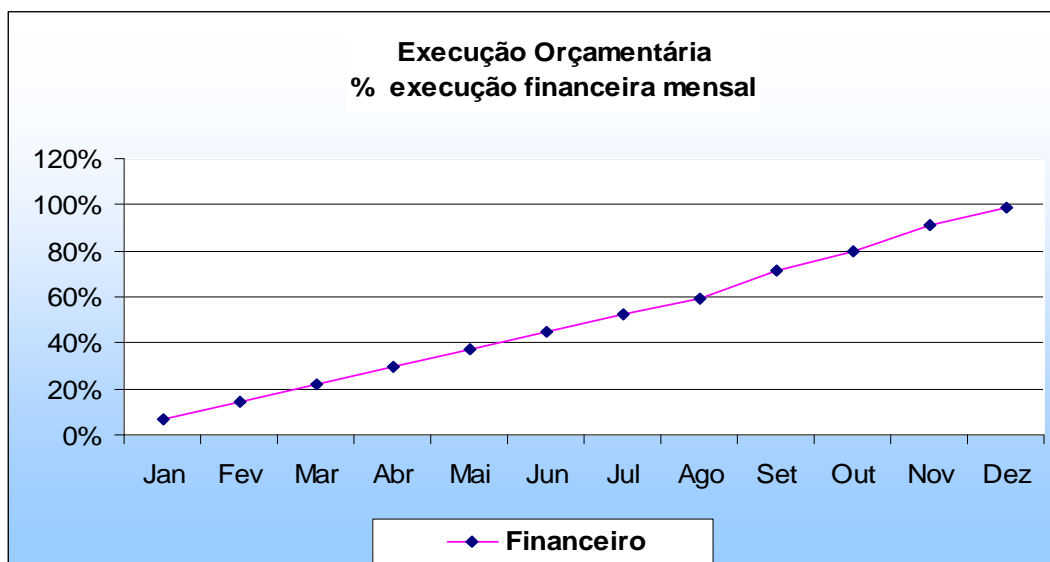
Assim, para a realização das atividades de rotina para reconhecimento e manutenção dos direitos previdenciários, o Programa Previdência Social Básica inclui ações que perseguem o direcionamento estratégico de redução de custos, combate às vulnerabilidades, fraudes e pagamentos indevidos, importantes para enfrentar o grande desafio do RGPS: garantir justiça social e sustentabilidade do modelo previdenciário. A administração das bases cadastrais do RGPS por meio da GFIP, do Censo Previdenciário, do cruzamento com os dados dos sistemas de óbitos, entre outras, são exemplos de ações preventivas e corretivas importantes para a prática da eficiência e da economicidade em nossos processos de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.



A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, maternidade, idade avançada, tempo de contribuição, reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, além do salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda. Para garantir o acesso do cidadão aos direitos previdenciários previstos em Lei, a Previdência Social mantém uma rede de atendimento em grande parte dos Municípios, onde o pagamento de benefícios previdenciários representa uma parcela considerável da economia local.

4.1.5. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 223.608.488.522,00	Empenho Liquidado:	R\$ 220.892.942.858,91
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 220.892.942.858,91



4.1.6. METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários - 2635 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	2.587,00	5.461,00	2.650.000,00	2.258.125,51
(RAP 2008) Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários - 2635 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	0,00	0,00	166.844,56	11.774,84
Compensação Previdenciária - 009W (Compensação decidida/MILHAR)	1,00	215,61	1.275.516.148,00	1.246.161.329,58
(RAP 2008) Compensação Previdenciária - 009W (Compensação decidida/MILHAR)	0,00	0,00	61.823.959,10	61.823.959,10

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Defesa Judicial da Previdência Social Básica - 2294 (Peça processual produzida/UNIDADE)	63.135,00	1.559.531,00	24.959.902,00	24.681.775,98
(RAP 2008) Defesa Judicial da Previdência Social Básica - 2294 (Peça processual produzida/UNIDADE)	0,00	0,00	535.421,63	161.794,47
Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social - 2593 (Unidade em funcionamento/UNIDADE)	1,00	1,00	90.000,00	0,00
Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social - 2593 (Unidade em funcionamento/UNIDADE)	1.167,00	1.321,00	484.431.250,00	436.651.268,50
(RAP 2008) Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social - 2593 (Unidade em funcionamento/UNIDADE)	0,00	0,00	74.951.997,25	55.166.258,19
Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social - 2015 (RECURSO JULGADO/UNIDADE)	322.222,00	431.080,00	16.500.000,00	16.005.544,59
Gestão de Cadastros para a Previdência Social - 2564 (Informação processada/MILHAR)	2.644.740,00	2.688.603,96	89.155.300,00	81.050.853,44
(RAP 2008) Gestão de Cadastros para a Previdência Social - 2564 (Informação processada/MILHAR)	0,00	0,00	2.887.833,05	2.887.833,02
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	2.119.025,00	2.117.919,06
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	42.958,62	2.721,90
Orientação do Reconhecimento do Direito aos Segurados Referentes aos Benefícios Previdenciários - 2571 (usuário atendido)	264.422,00	563.406,00	1.322.112,00	1.138.115,63
(RAP 2008) Orientação do Reconhecimento do Direito aos Segurados Referentes aos Benefícios Previdenciários - 2571 (usuário atendido)	0,00	285,00	52.673,32	284,59
Pagamento de Abono de Permanência em Serviço - 0137 (pessoa beneficiada)	1.508,00	552,00	8.611.860,00	6.372.387,71
(RAP 2008) Pagamento de Abono de Permanência em Serviço - 0137 (pessoa beneficiada)	0,00	0,00	152.001,54	0,00
Pagamento de Aposentadorias - Área Rural - 001O (aposentado beneficiado)	5.669.758,00	5.775.391,00	34.800.210.973,00	34.170.437.444,93
(RAP 2008) Pagamento de Aposentadorias - Área Rural - 001O (aposentado beneficiado)	0,00	0,00	4.574.694.771,80	4.574.694.771,80



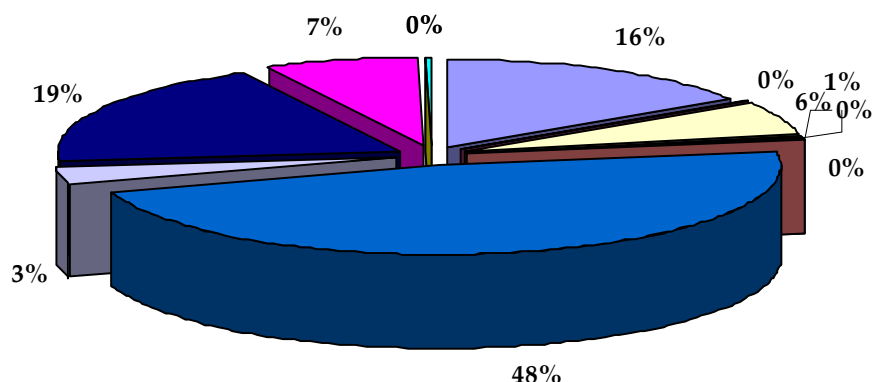
Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana - 0132 (aposentado beneficiado)	9.241.001,00	9.079.669,00	106.022.800.873,00	105.231.219.743,51
(RAP 2008) Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana - 0132 (aposentado beneficiado)	0,00	0,00	5.615.898.183,88	5.606.838.220,23
Pagamento de Aposentadorias Especiais - 0133 (aposentado beneficiado)	444.328,00	381.105,00	6.716.981.995,00	6.714.773.880,06
(RAP 2008) Pagamento de Aposentadorias Especiais - 0133 (aposentado beneficiado)	0,00	0,00	510.122.512,98	250.744.319,55
Pagamento de Auxílio Doença Previdenciário, Auxílio Doença Acidentário e Auxílio Reclusão - Área Urbana - 0136 (pessoa beneficiada)	2.023.283,00	1.495.624,00	16.230.953.367,00	15.733.704.087,75
(RAP 2008) Pagamento de Auxílio Doença Previdenciário, Auxílio Doença Acidentário e Auxílio Reclusão - Área Urbana - 0136 (pessoa beneficiada)	0,00	0,00	836.334.355,83	700,18
Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural - 001P (pessoa beneficiada)	165.505,00	146.389,00	939.731.653,00	910.122.075,17
(RAP 2008) Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural - 001P (pessoa beneficiada)	0,00	0,00	50.145.575,29	0,00
Pagamento de Pensões - Área Rural - 001Q (pensionista beneficiado)	2.134.916,00	2.056.381,00	12.380.249.646,00	12.278.925.733,74
(RAP 2008) Pagamento de Pensões - Área Rural - 001Q (pensionista beneficiado)	0,00	0,00	1.615.590.047,39	1.281.590.047,39
Pagamento de Pensões - Área Urbana - 0134 (pensionista beneficiado)	4.702.601,00	4.529.045,00	42.900.657.899,00	42.456.402.537,90
(RAP 2008) Pagamento de Pensões - Área Urbana - 0134 (pensionista beneficiado)	0,00	0,00	3.302.518.870,40	20.001,80
Pagamento de Salário-Família - 0117 (pessoa beneficiada)	179.260,00	82.528,00	47.312.386,00	45.714.240,56
(RAP 2008) Pagamento de Salário-Família - 0117 (pessoa beneficiada)	0,00	0,00	2.593.942,08	0,00
Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural - 001R (pessoa beneficiada)	18.191,00	42.054,00	620.036.960,00	606.724.480,16
(RAP 2008) Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural - 001R (pessoa beneficiada)	0,00	0,00	39.342.511,87	0,00
Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana - 0141 (pessoa beneficiada)	32.373,00	68.829,00	530.409.894,00	512.603.778,90
(RAP 2008) Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana - 0141 (pessoa beneficiada)	0,00	0,00	130.335.997,87	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
beneficiada)				
Recadastramento Previdenciário - 8440 (Benefício recadastrado)	2.791.720,00	644.773,00	3.309.483,00	2.606.927,69
(RAP 2008) Recadastramento Previdenciário - 8440 (Benefício recadastrado)	0,00	0,00	1.315.694,63	162.375,68
Regularização e Desimobilização de Imóveis do INSS - 8426 (imóvel regularizado)	858,00	95,00	1.113.400,00	61.118,73
(RAP 2008) Regularização e Desimobilização de Imóveis do INSS - 8426 (imóvel regularizado)	0,00	0,00	8.139,15	0,00
Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários - 2910 (Benefício pago)	360.036,00	115.952,00	4.000.000,00	2.426.824,12
(RAP 2008) Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários - 2910 (-/-)	0,00	0,00	4.120.006,48	4.120.006,48
(RAP 2008) Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários - 2910 (Benefício pago)	0,00	0,00	9.911.832,61	8.180.118,74
Remuneração dos Serviços Postais - 2A57 (Correspondência enviada)	24.350.145,00	42.981.307,00	77.374.544,00	52.401.236,96
(RAP 2008) Remuneração dos Serviços Postais - 2A57 (-/-)	0,00	0,00	30.554.544,23	28.574.924,94
Serviço de Perícia Médica - 2578 (Perícia médica realizada)	9.315.055,00	7.705.105,00	5.000.000,00	4.898.545,74
(RAP 2008) Serviço de Perícia Médica - 2578 (Perícia médica realizada)	0,00	0,00	266.400,60	143.454,20
Serviço de Processamento de Dados da Guia de Previdência Social - GPS e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP - 2580 (-/-)	0,00	0,00	28.200.000,00	0,00
Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - 2292 (Benefício proc. /milhar)	294.498,00	277.496,04	360.844.700,00	324.458.195,44
(RAP 2008) Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - 2292 (Benefício proc./milhar)	0,00	0,00	17.552.222,74	17.552.220,04
Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia - 2583	0,00	0,00	2.700.000,00	2.658.673,54
Serviço de Reabilitação Profissional - 2585 (segurado atendido)	13.770,00	18.567,00	11.342.040,00	7.312.481,07
(RAP 2008) Serviço de Reabilitação Profissional - 2585 (segurado atendido)	0,00	0,00	4.894.346,71	4.508.104,54
Serviço de Reconhecimento de Direitos de	5.662.647,00	9.766.104,00	19.903.112,00	19.053.532,94



Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Benefícios Previdenciários - 2591 (Processo concluído)				
(RAP 2008) Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - 2591 (Processo concluído)	0,00	0,00	436.603,64	100.412,07
Subtotal LOA + Créditos 2009	223.608.488.522,00		220.892.942.858,91	
Subtotal RAP 2008	16.887.250.249,25		11.897.284.303,75	
Subtotal Não- Orçamentário 2009	0,00		0,00	
TOTAL	240.495.738.771,25		232.790.227.162,66	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS



- APOSENTADORIAS RURAL
- AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO, AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO E AUXÍLIO-RECLUSÃO RURAL
- PENSÕES RURAL
- SALÁRIO-MATERNIDADE RURAL
- COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
- SALÁRIO-FAMÍLIA
- APOSENTADORIAS URBANAS
- APOSENTADORIAS ESPECIAIS
- PENSÕES URBANAS
- AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO, AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO E AUXÍLIO RECLUSÃO URBANO
- ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO
- SALÁRIO-MATERNIDADE URBANO

4.1.7. INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2009	
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração
TAXA DE PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 60 ANOS PELA PREVIDÊNCIA - PERCENTUAL	74,77	31/12/2006	84,16	12/2009

Fonte: INSS/Ministério da Previdência Social

Medidas corretivas necessárias: O índice foi apurado incorretamente ao final de 2009 (58,32%) o que, igualmente, levou à interpretação errônea dos resultados. Conforme dados do IBGE, a população brasileira maior de 60 anos, estimada, é de 18.615.742. São mantidos benefícios a 15.668.565 beneficiários nessa faixa



etária, resultando na cobertura de 84,16% dessa clientela. Assim, a meta prevista para alcance deste indicador, ao final do PPA 2008-2011, que é de 77,50%, já foi atingida. Tal condição se justifica por diversos fatores de inclusão previdenciária, dentre os quais destacamos a ampliação da rede de atendimento; a facilidade de acesso à Previdência Social por meio dos canais remotos de atendimento; ações de orientações à sociedade quanto aos direitos do cidadão, assim como o envio de correspondências aos segurados, informando do preenchimento dos requisitos necessários para o requerimento de benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição. Não existe "demanda reprimida" para esse público.

TAXA DE RETORNO DE SEGURADOS REABILITADOS PARA O MERCADO DE TRABALHO - PERCENTUAL	65	31/12/2006	60,2	12/2009
--	----	------------	------	---------

Fonte: INSS/Ministério da Previdência Social

Medidas corretivas necessárias: Este índice não foi alcançado principalmente devido à redução do número de segurados encaminhados ao Programa de Reabilitação, face ao quantitativo insuficiente de servidores para o atendimento técnico, bem como a dificuldade de aquisição de cursos profissionalizantes para a formação profissional do segurado e o conseqüente retorno ao trabalho.

TAXA DE SOLUÇÃO DE DEMANDAS - PERCENTUAL	71,57	31/12/2006	54,38	12/2009
---	-------	------------	-------	---------

Fonte: INSS/Ministério da Previdência Social

Medidas corretivas necessárias: Foram ampliados os canais de acesso do segurado ao requerimento de benefícios, inclusive com o envio, pelo INSS, de correspondência, antecipadamente à aquisição do direito, àquele de reunirá as condições previstas em lei para obtê-lo. Assim, em decorrência da insuficiência de recursos humanos para atender à demanda, há o represamento dos requerimentos, com o impedimento do alcance do índice previsto. Além desse fator, o movimento pela Excelência no atendimento, por parte dos Peritos Médicos, deflagrado em outubro/09, agravou a situação em relação aos benefícios despachados. Cabe também registrar que em dezembro/09, durante 4 dias seguidos, o Sistema SABI ficou inoperante, aumentando o estoque de benefícios por incapacidade, justificando o decréscimo do indicador em dez/09, uma vez que em maio de 2009 a taxa estava em 78%. Relativamente à inoperância do Sistema SABI, foi notificada a DATAPREV, que embora tenha corrigido o problema, impactou significativamente no resultado do indicador.

TAXA DE SOLUÇÃO DOS PROCESSOS EM ESTOQUE NO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - PERCENTUAL	69,85	31/12/2006	67,73	12/2009
--	-------	------------	-------	---------

Fonte: CRPS/Ministério da Previdência Social

Medidas corretivas necessárias: Houve o aumento do quantitativo de processos recebidos no CRPS. Deste volume, 60% referem-se a processos que envolvem matéria de perícia médica e, naquele Conselho, não existe o número suficiente de profissionais Peritos Médicos para atender à demanda, o que impossibilitou o alcance da meta prevista para o indicador neste exercício.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

4.1.8. AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS

Em 2009 o programa atingiu 98,79% do orçamento previsto. Grande parte das Ações teve suas metas de alcance superadas, porém em algumas não foi verificado o mesmo êxito, sem, entretanto, prejudicar o resultado geral do Programa no alcance dos seus objetivos. Persistiram dificuldades que decorreram de insuficiência orçamentária e de recursos humanos para o desenvolvimento de

diversas atividades. No entanto, os objetivos do Programa foram atingidos, ainda que não tenha sido possível atender a toda a demanda no exercício de 2009, com a existência de processos pendentes de solução.

Não existe mecanismo de apuração da satisfação dos beneficiários da Previdência Social. Entretanto é feito o acompanhamento dos indicadores do Programa, das demandas apontadas pela Ouvidoria-Geral/MPS e pelos Conselhos de Previdência Social, que permitem a sua avaliação. O Programa Previdência Social Básica busca informações gerenciais junto à Ouvidoria-Geral/MPS, ainda que seja uma Ação ligada ao Programa 0085 e os temas considerados relevantes para a realização das atividades necessárias ao esclarecimento dos segurados são apreciados por meio de consulta pública.

Foram realizadas reuniões com entidades de segurados da Previdência Social, tanto da área urbana quanto rural, com o intuito de avaliar os serviços prestados e a implementação das políticas estabelecidas para o reconhecimento dos direitos previdenciários.

A articulação com a sociedade civil ocorre por meio do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em reuniões mensais e com os Conselhos de Previdência Social nos Estados, no âmbito das Gerências-Executivas do INSS. Os Conselhos sintetizam a posição da sociedade em relação ao funcionamento do INSS e aos serviços prestados.

Há a necessidade de redefinição de parâmetros para apuração do indicador "Taxa de Proteção da População Acima de 60 Anos".

4.1.9. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011

1 - Desde janeiro de 2009, uma nova forma de análise para a concessão de benefícios foi adotada para os trabalhadores urbanos que requerem aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade. A mudança tornou-se possível com a edição do Decreto nº 6.722, de 30 de dezembro de 2008, que ampliou a base de dados certificados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), hoje plenamente utilizados para a comprovação de vínculos empregatícios, remunerações e contribuições previdenciárias. Assim, o cidadão aposentou o "saco de documentos" e, agora, para comprovar seus direitos junto à Previdência Social, basta conferir as informações constantes do extrato previdenciário apresentado no momento do atendimento. Se estiver tudo certo, o benefício é concedido em até 30 minutos.

2 - Foram concluídos 9,7 milhões de processos, superando a previsão física da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 5,6 milhões. O incremento verificado deve-se, principalmente, ao reconhecimento automático do direito, com a edição do Decreto nº 6.722/08, que passou a considerar todo o período constante do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), como prova plena para comprovação dos requisitos para obtenção de benefícios perante a Previdência Social. Foi, ainda, concluída a revisão de 237.436 benefícios.

3 - Em dezembro 2009 a Previdência Social alcançou 23,5 milhões de benefícios previdenciários emitidos, pagos mensalmente em dia. Foram concedidos 4.157.699 benefícios previdenciários e acidentários.

4 - No processo de monitoramento de benefícios em manutenção, 104.089 foram considerados irregulares ou sofreram redução de renda, retornando aos cofres públicos o valor de R\$ 468.483.029,10

5 - Ações no âmbito da Procuradoria Federal Especializada possibilitaram a redução da quantidade de ações ajuizadas contra o INSS, destacando-se, ainda, a realização de Mutirões de Conciliação junto aos principais Tribunais Regionais Federais do País e em unidades jurisdicionais do interior, com a participação em Juizados Especiais Federais Itinerantes - JEFI; a ampliação de autorizações para prepostos e procuradores celebrarem acordos; a edição do Manual de Conciliação da PFE/INSS e a realização de Reuniões de Conciliação para intercâmbio de experiências, dentre outras. O trabalho desenvolvido permitiu a obtenção de vitórias importantíssimas em todos os temas relevantes que envolviam a Previdência Social julgados pelos órgãos em que atua a Adjuntoria.

6 - Foram assinados Convênios de Cooperação Técnica com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), com o SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes) e com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com o objetivo de reforçar as políticas de qualificação profissional. Esses convênios prevêm a disponibilização de vagas gratuitas para a formação profissional de segurados em programa de reabilitação, garantindo a agilização do programa e melhor qualidade na profissionalização dos segurados e conseqüentemente maior garantia para seu retorno ao mercado de trabalho.

7 - Foram realizadas compensações financeiras entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), num total de 2,1 milhões de requerimentos, que correspondeu ao valor anual de 1,1 bilhões de reais.

4.2. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS – PROGRAMA 0085.

4.2.1. GERENTE

Valdir Moysés Simão

4.2.2. OBJETIVO

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.

4.2.3. PÚBLICO-ALVO

Cidadãos-usuários do Regime Geral de Previdência Social.

4.2.4. CONTEXTUALIZAÇÃO

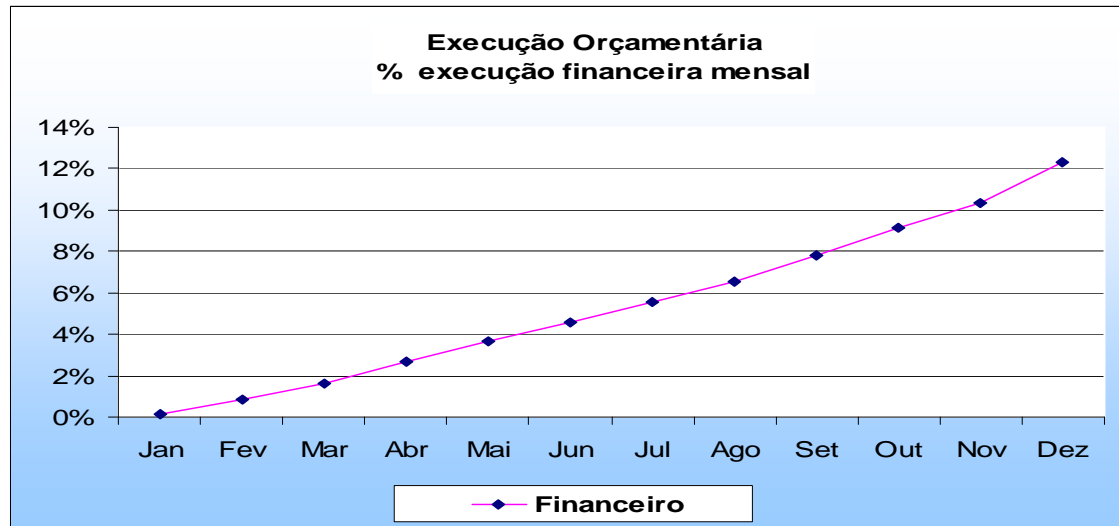
Ao longo da última década, a evolução dos números do RGPS aponta para uma necessidade emergencial de mudanças gerencial, estrutural e cultural nos processos de atendimento. A população usuária dos serviços da Previdência Social, estimada anualmente em 35 milhões de pessoas, procura as Agências da Previdência Social, capilarizada em âmbito nacional, em busca da resolução de seus problemas, que envolve desde uma simples informação, até um complexo procedimento de acesso a alguma espécie de benefício. Aliada à necessidade de empreender ações de melhoria e modernização relativas ao atendimento da clientela previdenciária, encontra-se a preocupação com a qualidade das informações cadastrais dos segurados do RGPS, matéria-prima para a confiabilidade e segurança dos eventos de acesso aos benefícios administrados pelo INSS, que efetivamente resolvida, possibilitará um atendimento ágil e digno.

A qualidade do atendimento, que vem sendo amplamente demandada pela sociedade, é meta de trabalho da Previdência Social. O processo de humanização é um caminho sem retrocesso. Profissionalizar o atendente, não só garante segurança na sua decisão, como também agilidade e controle dos prazos estabelecidos para resposta ao segurado, seja ela atendendo ao deferimento ou indeferimento.

As ações propostas neste Programa vão ao encontro desse desafio. Contudo, é necessário que se faça um constante investimento nos processos institucionais e na busca da excelência da gestão previdenciária pautada na ética, transparência, participação, descentralização, controle social e orientação para os cidadãos. Tais investimentos visam, através de estudos que enfoquem a tecnologia da informação, a reestruturação de processos, a política de desenvolvimento de pessoal, o controle interno e o mapeamento dos custos operacionais, tornar ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais nas áreas de receitas previdenciárias, benefícios, auditoria, recursos humanos, logística e orçamento e finanças.

4.2.5. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 1.004.136.479,00	Empenho Liquidado:	R\$ 123.773.209,93
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 123.773.209,93



4.2.6. METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - 2562 (auditoria realizada)	1.026,00	1.463,00	8.496.022,00	8.259.692,65
(RAP 2008) Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - 2562 (auditoria realizada)	0,00	0,00	63.140,62	7.235,08
(RAP 2008) Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital - 10FH (Centro de documentação implantado)	0,00	0,00	130.687,39	111.753,15
Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários - 2563 (unidade avaliada)	895,00	1.120,00	3.041.121,00	2.517.010,20
(RAP 2008) Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários - 2563 (unidade avaliada)	0,00	0,00	65.754,02	4.862,86
Gestão da Melhoria Contínua Organizacional - PGA - 2D15 (unidade de atendimento implantada)	106,00	1.191,00	2.200.000,00	1.246.779,80
Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital - 10FH (Centro de documentação implantado)	153,00	24,00	873.305,00	604.314,85
Gestão e Administração do Programa - 2272	0,00	0,00	1.234.800,00	734.432,57
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272	0,00	0,00	356.983,96	0,00
Instalação de Agência da Previdência Social - APS - 11U5	0,00	0,00	1.449.649,00	0,00
Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS	281,00	1,00	665.491.890,00	14.260.539,87

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
- 116V (Unidade instalada)				
Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento - 3896 (Ambiente tecnológico modernizado/% de execução física)	8,00	52,00	57.165.918,00	7.160.405,36
(RAP 2008) Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento - 3896 (Ambiente tecnológico modernizado/% de execução física)	0,00	0,00	33.329.891,93	32.720.876,08
Previdência Eletrônica - 4405 (Serviço previdenciário eletrônico provido)	81.410.736,00	126.153.890,00	92.371.790,00	74.524.402,24
(RAP 2008) Previdência Eletrônica - 4405 (Serviço previdenciário eletrônico provido)	0,00	0,00	3.582.795,01	3.532.371,18
Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS - 114M (Prédio reformado /% de execução física)	6,00	77,00	24.500.000,00	0,00
(RAP 2008) Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS - 114M	0,00	77,00	35.000.000,00	34.056.696,50
Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - 8869 (Unidade de atendimento reformada)	46,00	82,00	117.800.000,00	5.685.163,77
(RAP 2008) Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - 8869 (Unidade de atendimento reformada)	0,00	35,00	26.089.850,55	14.251.801,88
(RAP 2008) Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social - 5509	0,00	0,00	904.731,28	860.212,97
Reformulação das Unidades de Atendimento da Previdência Social - 5509 (Unidade de atendimento reformulada)	87,00	35,00	25.500.000,00	5.246.019,81
(RAP 2008) Reformulação das Unidades de Atendimento da Previdência Social - 5509 (Unidade de atendimento reformulada)	0,00	41,00	28.929.880,27	23.639.891,10
Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social - 2587 (usuário atendido)	401.198,00	246.262,00	4.011.984,00	3.534.448,81
(RAP 2008) Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social - 2587 (usuário atendido)	0,00	0,00	116.191,45	116.191,45
Subtotal LOA + Créditos 2009		1.004.136.479,00		123.773.209,93
Subtotal RAP 2008		128.569.906,48		109.301.892,25
Subtotal Não-Orçamentário 2009		0,00		0,00
TOTAL		1.132.706.385,48		233.075.102,18

4.2.7. INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2009	
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração
PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO - NOTA MÉDIA 1/10	7,57	31/12/2006	0	-

Fonte: INSS/Ministério da Previdência Social

Medidas corretivas necessárias:

TMC - TEMPO MÉDIO DE CONCESSÃO - DIA	32	30/04/2007	24	12/2009
--------------------------------------	----	------------	----	---------

Fonte: INSS/MPS

Medidas corretivas necessárias:

TME - TEMPO MÉDIO DE ESPERA - MINUTO	50	30/04/2007	27,45	12/2009
--------------------------------------	----	------------	-------	---------

Fonte: SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento

Medidas corretivas necessárias: Dar continuidade às gestões para melhoria da qualidade das informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, para garantir a agilidade no reconhecimento do direito do cidadão e concessão do benefício. Dar continuidade às medidas para aperfeiçoamento dos sistemas informatizados e melhoria da velocidade da rede. Dar continuidade à contratação de servidores e Peritos Médicos para suprir as necessidades existentes e para substituir os que estão para se aposentar. Dar continuidade ao processo de expansão da rede de atendimento.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

4.2.8. AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS

Algumas ações tiveram um desempenho acima da meta estipulada, enquanto outras tiveram resultado abaixo da meta. Muito embora a execução orçamentária tenha sido baixa (12,3%), ressaltamos que várias ações, sobretudo as ações Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - 116V, Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS - 114M, Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - 8869 e Reformulação das Unidades de Atendimento da Previdência Social - 5509, que tratam de obras de engenharia e utilizaram recursos financeiros de Restos a Pagar do ano de 2008.

A ampliação do atendimento programado, o aumento do uso dos canais remotos de atendimento (Internet e Central 135), a ampliação da rede de atendimento com a inauguração de novas unidades e a realização de novos convênios PREVCidade foram medidas que garantiram o acesso da população aos serviços prestados pela Previdência Social (alcance de 100% do público alvo).

Muito embora a Pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pela Previdência Social não tenha sido realizada em 2009, o resultado de 2008 foi de 8,57. A Pesquisa realizada utilizou a Central de Teleatendimento 135 para entrar em contato com usuários da Previdência Social, escolhidos de modo aleatório entre aqueles cujos requerimentos de benefícios já haviam sido concedidos e aqueles que tiveram seus requerimentos de benefícios negados. Por meio da Ouvidoria Geral da Previdência Social, o cidadão pode entrar em contato com a Previdência e fazer seu elogio, sugestão ou reclamação.

4.2.9. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011

1 - A importância deste Programa deve-se à abrangência de suas ações e ao impacto dessas ações para a sociedade. Suas ações garantiram em 2009 a qualidade dos serviços prestados a 44,6 milhões de usuários de forma presencial, dos 65 milhões de atendimentos feitos pela Central 135 e dos 61 milhões de acessos ao sítio da Previdência na internet (www.previdencia.gov.br).

2 - Em 2009 foram efetuados constantes investimentos nos processos institucionais de gestão do atendimento, os quais primaram pela busca da excelência na interação Sociedade / INSS, norteados principalmente pela desburocratização e a agilização do processo de reconhecimento de direitos ao recebimento de benefícios pagos pela Previdência Social e Assistência Social. Foram intensificadas as medidas de melhoria da gestão interna, tais como a capacitação de 1.191 Gerentes de Agências, e a implantação de Salas de Monitoramento do Atendimento no Gabinete do Ministro da Previdência Social, no gabinete do Presidente e dos Diretores do INSS, no gabinete dos Superintendentes Regionais e Chefes de Divisão do Atendimento nas Superintendências Regionais, bem como a disponibilização das informações no sítio "www-sala" na intranet do Instituto.

3 - Foram introduzidas várias melhorias no Sistema de Agendamento Eletrônico, sistema este que viabiliza o modelo de Atendimento Programado do INSS. Também agregados vários serviços visando a comodidade do usuário, tais como: acerto de atividade, inscrição e/ou recolhimento do Contribuinte Individual; acerto de vínculos, remunerações e dados cadastrais; agendamento de avaliação social para Benefício Assistencial aos Portadores de Deficiência; habilitação automática para os benefícios de Aposentadoria por Idade Urbana e Rural; e melhoria dos níveis de segurança com a implementação de um sistema de cadastramento de senha para o usuário poder acessar, via internet, os serviços oferecidos. Em 2009, foram marcados 5.565.667 agendamentos, o que representou um aumento de 23,4% em relação a 2008.

4 - O INSS ampliou sua rede de atendimento, com a celebração de novos convênios com Prefeituras e inauguração de novas unidades de atendimento, integrantes do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS (PEX). Além da criação das novas agências, algumas unidades passaram por amplo processo de recuperação. O objetivo é proporcionar maior conforto e segurança aos segurados e servidores, bem como garantir celeridade no atendimento e na análise para concessão e manutenção dos benefícios previdenciários. Em 2009, foram instaladas 11 unidades PREVCidade e 04 Agências da Previdência Social, e iniciadas 320 obras do PEX. Foram executadas 116 obras de reforma/reformulação.

5 - Foi dada continuidade ao processo de atualização do parque de equipamentos, bem como à expansão da solução de comunicação corporativa (VOIP e Videoconferência), melhoria das redes locais de dados, evolução dos projetos de sistemas de benefícios e cadastro, e migração dos sistemas baseados em tecnologia Unisys. Foram adquiridos 43 mil equipamentos, entre servidores, microcomputadores, monitores, scanners, impressoras, switches, nobreaks e outros.

6 - Foram executados 77% das obras de recuperação, reforma e modernização do Edifício-Sede do INSS. A Administração Central do INSS estava ocupando imóvel locado até maio de 2010, representando elevados gastos. Após a mudança para o imóvel próprio, esses recursos poderão ser direcionados a outras obras com o objetivo de garantir maior comodidade aos nossos usuários.

4.3. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – PROGRAMA 0086.

4.3.1. GERENTE

Ricardo Pena Pinheiro

4.3.2. OBJETIVO

Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, assegurando aos participantes e assistidos o direito ao benefício contratado e incentivar a expansão do sistema de previdência complementar fechado visando a formação de poupança estável e a socialização do capital.

4.3.3. PÚBLICO-ALVO

Participantes e assistidos atuais e potenciais de entidades fechadas de previdência complementar.

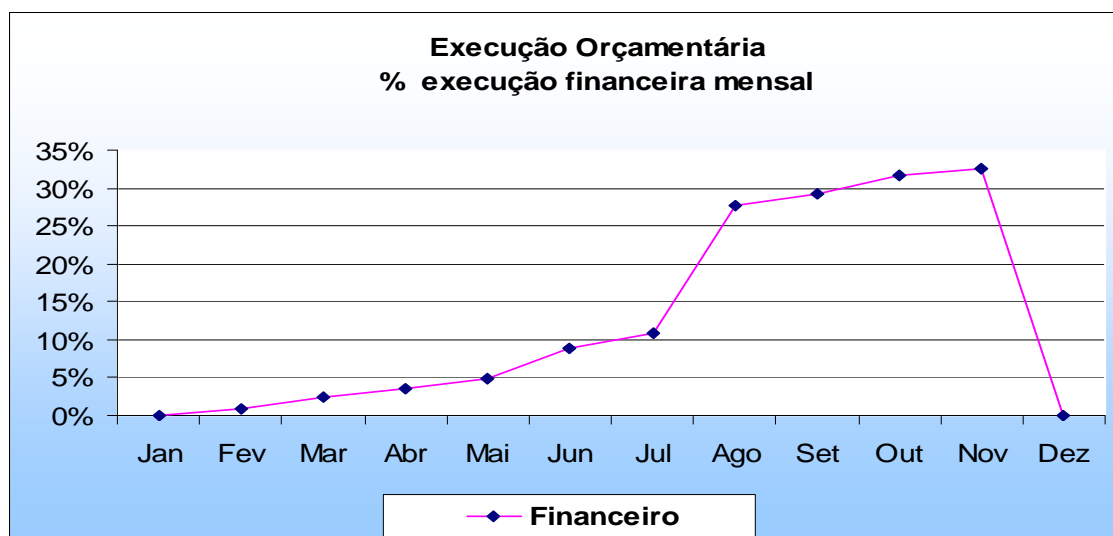
4.3.4. CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema: Reduzidas opções de suplementação de benefícios de rendas e pensões para os trabalhadores que buscam por proteção social na área de previdência, com vistas a uma expectativa de vida futura mais tranqüila. Escassez de recursos para a formação de poupança interna de longo prazo que contribuam para a elevação dos investimentos e desenvolvimento econômico do País.

Do ponto de vista individual, a previdência complementar oferece um mecanismo adicional de proteção social aos trabalhadores, contribuindo de forma decisiva para o aumento do poder aquisitivo das famílias. O sistema de previdência complementar, no mundo inteiro, é o melhor e maior mecanismo de formação de poupança interna e de longo prazo. A acumulação de poupança de longo prazo amplia a capacidade de investimento do país, contribuindo para o crescimento econômico. No Brasil, a participação dos ativos da previdência complementar fechada em relação ao PIB alcança 18%, ou seja, cerca de R\$ 380 bilhões (dezembro de 2006). O crescimento do segmento de previdência complementar fechada depende de medidas que tragam segurança ao setor, cabendo ao Estado a regulação e a fiscalização no interesse dos participantes, contribuindo para a transparência e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar.

4.3.5. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 4.831.466,00	Empenho Liquidado:	R\$ 2.564.875,44
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 2.564.875,44



4.3.6. METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar - 2286 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	62,00	125,00	115.372,00	94.479,33
(RAP 2008) Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar - 2286 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	0,00	0,00	150,00	150,00
Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar - 2592 (Plano de benefício fiscalizado/UNIDADE)	86,00	82,00	1.914.630,00	361.157,78
(RAP 2008) Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar - 2592 (Plano de benefício fiscalizado/UNIDADE)	0,00	0,00	2.100,00	2.100,00
Funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - 2290 (Reunião realizada /UNIDADE)	10,00	11,00	212.720,00	65.482,36
(RAP 2008) Funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - 2290 (Reunião realizada /UNIDADE)	0,00	0,00	1.833,50	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	2.088.744,00	2.043.755,97
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	109.545,86	40,43
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	500.000,00	0,00
(RAP 2008) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	500.000,00	0,00
Subtotal LOA + Créditos 2009		4.831.466,00		2.564.875,44
Subtotal RAP 2008		613.629,36		2.290,43
Subtotal Não-Orçamentário 2009		0,00		0,00
TOTAL		5.445.095,36		2.567.165,87

4.3.7. INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2009	
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração
TAXA DE ATIVOS TOTAIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - PERCENTAGEM	18	31/12/2002	15,96	03/2010
Fonte: SPC/Ministério da Previdência Social e IBGE/Ministério do Planejamento				
Medidas corretivas necessárias:				

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

4.3.8. AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS

As dimensões do sistema de previdência complementar fechado justificam a aprovação dos órgãos reguladores e fiscalizador, por meio da Lei nº 12.154/2009, dada a importância crescente na economia brasileira, com a significativa expansão dos ativos administrados pelos fundos de pensão. Os dados demonstram a importância do sistema de previdência complementar fechado para o desenvolvimento econômico e social do país: 372 EFPC ativas; 2.627 Patrocinadores ativos; 1.053 Planos Previdenciais ativos; 502 bilhões de patrimônio; 6.300.234 de pessoas abrangidas; e 48 Planos Assistenciais. A Criação da autarquia especial significa para o seguimento de previdência complementar a oportunidade para estruturação do órgão responsável pela fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de suas operações, que permitirá mais segurança e transparência mediante a modernização dos instrumentos de fiscalização e controle, com vistas a dar proteção e zelar pelo interesse dos participantes e assistidos. Além disso, atuar como órgão de fomento na execução de políticas públicas e no incentivo ao fortalecimento da poupança nacional.

No âmbito do desenvolvimento de Pessoas foi elaborado o Programa de Capacitação em Previdência Complementar anual com o objetivo de promover o desenvolvimento permanente do servidor público e o incentivo e apoio às iniciativas voltadas para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais. O Plano de Capacitação foi constituído por diretrizes e ações que orientam o processo de capacitação dos servidores, objetivando potencializar esforços, buscando mecanismos de auto-realização e melhoria das condições de trabalho. As atividades de capacitação impactam na melhoria das análises técnicas, na formação dos profissionais que atuam na fiscalização, na geração de conhecimento próprio dentro da instituição e no desenvolvimento pessoal dos servidores. Destacam-se, em 2009, os seguintes eventos: Participação de dois servidores no curso (Máster em Dirección Y Gestión de Planes Y Fondos de Pensiones), realizado pela Organização Iberoamericana de Seguridad Social (OISS), em conjunto com a Universidade de Alcalá (Espanha) e com a Fundação Centro Internacional de Formación Financiera (CIFI). Trata-se de um curso à distância que possui uma fase presencial para a defesa de tese em Madri - Espanha. Encontra-se em andamento dois cursos de especialização, sendo: MBA em Gestão de Pessoas e em Direito Administrativo. Observa-se que em 2009, a execução física foi superada em 101,61%, ainda que tenha ocorrido o contingenciamento de parcela dos recursos alocados na ação. Assim, buscaram-se outras formas de executar o Plano de Capacitação, como a realização de parcerias com os diversos atores do sistema de previdência complementar com o intuito de permitir a participação dos servidores da SPC, sem custos, em cursos, treinamentos e outros eventos de capacitação.

No que diz respeito a Autorizações e Análises de Estatutos, Regulamentos de Planos e Convênios de Adesão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC a meta física demonstra a produtividade do setor, ou seja, as autorizações concedidas. Informe-se que no presente exercício foi atingido o percentual de 73,29% do planejado, somando 686 autorizações concedidas das 936 previstas. Ressalte-se que no exercício de 2009 foi aprovada a criação de duas novas EFPC e de 38 novos planos de previdência complementar. Cabe registrar que por se tratar de uma ação não-orçamentária, não há previsão de execução financeira. Esta ação objetiva contemplar a atividade de supervisão prévia prevista no art. 33 da lei Complementar nº 109/2001.

Com relação à execução orçamentária do Programa faz-se necessário alguns esclarecimentos adicionais para o melhor entendimento dos números referentes aos créditos disponibilizados para a ação Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar, comparativamente aos valores que foram empenhados, liquidados e finalmente pagos. Aqueles créditos montavam em R\$ 1,9 milhão em contrapartida ao valor de R\$ 361 mil. Vale destacar que duas importantes ações da SPC, que estavam previstas para o ano de 2009, não implicaram realização de despesas durante o referido ano civil. A primeira ação refere-se à celebração do Termo de Cooperação entre o INSS e a SPC, com vistas a viabilizar o ressarcimento de custos de operação e manutenção das Unidades Regionais da SPC nos Estados, ao INSS. Essa ação não pode ser viabilizada em tempo hábil durante o exercício de 2009, provocando a não realização de créditos disponíveis no valor de R\$ 1.500.000,00. A segunda ação diz respeito à celebração do Convênio de Cooperação entre esta SPC e o Banco Mundial, que somente ocorreu ao final do ano de 2009 (a previsão era que os recursos orçamentários fossem utilizados já no segundo semestre daquele ano). Os termos desse convênio prevêem a disponibilização de recursos, por parte da SPC, no montante de US\$ 60.000,00 (US\$ 420.000,00 para o projeto inteiro). Para tanto, foi separado dos créditos disponíveis o valor de R\$ 80.000,00 em 2009. Com relação execução da meta física de responsabilidade do Departamento de Fiscalização, cabe esclarecer que das 86 fiscalizações previstas para o exercício de 2009 (e inseridas no SIGPlan) foram concluídas 82, representando um percentual de execução de mais de 95%. Em síntese, a ação de fiscalização abrange, além do acompanhamento dos investimentos feitos pelos fundos de pensão, a adequação das premissas atuariais adotadas pelos planos de benefícios (tábuas de mortalidade, taxa de juros etc.), com a finalidade de, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, assegurar a transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de benefícios operados por - EFPC, em harmonia com a política de desenvolvimento sócio-econômico.

O contingenciamento imposto ao MPS em 2009 atingiu o Programa 0086 - Previdência Complementar em 34% comparativamente ao valor aprovado pela LOA. Acredita-se que o impacto na realização das ações seja na mesma proporção do corte orçamentário, haja vista que a meta física guarda direta relação no resultado da meta financeira. Quando ocorre a retenção de recursos há de se esperar alteração no comportamento do gestor público ao ter que repensar a execução das ações planejadas para o exercício, para então, em decorrência, melhor adequá-las à nova realidade. Ao ter que priorizar as ações de governo, é perfeitamente compreensível que o gestor público adote medidas saneadoras de regramento que refletem diretamente na execução orçamentária e financeira, com conseqüências que impactam na meta física e no resultado direto do indicador. Por fim, os resultados do Programa Previdência Complementar não foram comprometidos, haja vista o esforço conjunto da direção e do corpo técnico para produzir os efeitos desejados no que se refere à realização das metas físicas. Um exemplo claro, que nem sempre pode servir de base para outras ações, ocorreu com a ação Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar, em

que a execução orçamentária foi de 82% e em contrapartida a meta física atingiu o percentual de 201%.

O conjunto de ações vinculadas ao programa possibilitou a implementação de iniciativas de gestão voltadas para a melhoria dos serviços prestados com reflexo direto nos participantes e assistidos, tais como: capacitação de servidores, supervisão baseada em risco e parcerias, publicidade, bem como o projeto de fomento a previdência complementar associativa. Por fim, a ação de fiscalização em 82 planos fiscalizados atingiu, indiretamente, em quase sua totalidade o público alvo.

Não existe metodologia disponível para avaliação da satisfação do público alvo, no entanto, com a criação da autarquia pretende-se desenvolver e implementar metodologia de avaliação junto ao público alvo.

A composição do Conselho de Gestão da Previdência Complementar tem como objetivo representar os seguimentos envolvidos com o tema previdência complementar fechada e assim defender o interesse dos participantes e assistidos, por meio de seus membros que as representam.

Os indicadores de desempenho desenvolvidos pela SPC incluem o indicador que é utilizado para o acompanhamento do Programa Previdência Complementar (PPA 2008-2011) e os que estão diretamente relacionados com as atribuições institucionais da Secretaria. Dessa forma, a análise conjunta desses indicadores, dentro do contexto em que se encontram, proporciona uma visão gerencial do desempenho da Secretaria, auxiliando em seu desenvolvimento e na formulação de políticas públicas para o setor regulador. A análise da taxa de ativos totais das EFPC em relação ao PIB permite verificar a evolução do regime de previdência complementar fechado e é o único indicador que possibilita a comparação com regimes de previdência privada existentes em outros países, mesmo que de forma relativa (no Brasil a previdência complementar é facultativa e em alguns países é obrigatória). Além disso, permite medir a taxa de poupança interna decorrente dos investimentos dos fundos de pensão.

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DAS EFPC E DO PIB (em R\$ bilhões)

Exercício	Resultado do indicador em %	Ativo das EFPC	PIB a preços correntes
2005	15,93	321.834.346.787,11	2.147.239,0000
2006	18,10	377.526.213.326,94	2.369.484,0000
2007	18,30	457.702.963.475,84	2.661.344,0000
2008	15,30	444.494.047.149,99	3.004.881,0500
2009	15,96	502.000.000.000,00	3.100.000,0000

% de Crescimento 55,98 % 44,37 % Fontes: SIGPLAN, DERIN/SPC e IBGE. Para analisar a evolução do indicador separamos o período observado em dois momentos: antes e depois da crise mundial. Observa-se que no período antes da crise econômica mundial ocorrida em 2008 houve uma evolução gradativa e crescente do indicador ano após ano. Já no ano de 2008 acredita-se que a influência da crise mundial houve uma queda no percentual do indicador em relação ao ano de 2007 da ordem de 16,4%, recuperando em seguida quando registrou crescimento de 4,3% em 2009 comparativamente com o exercício de 2008. Significa dizer que tanto os ativos das EFPC quanto a poupança nacional decorrente dos fundos de pensão tiveram uma redução de 16,4% em 2008 e um crescimento de 4,3% em 2009. Outro dado importante é que no período de 2005 a 2008 houve crescimento acumulado dos ativos totais das EFPC de 55,98% e do PIB de 44,37%, registrando assim, maior crescimento dos ativos das EFPC em relação ao PIB, da ordem de 11,6 pontos percentuais.

4.3.9. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011

1 - A ação denominada de Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar teve recursos contingenciados da ordem de 14%, executou 86% da meta financeira e 201% da meta



física. Como órgão de fiscalização, a capacitação é um fator relevante no aprimoramento constante dos auditores-fiscais, tendo em vista a complexidade do tema previdência complementar, que abrange desde aspectos contábeis, atuariais e jurídicos até operações financeiras no mercado de opções e outros derivativos e questões relativas à governança e controles internos das entidades fechadas de previdência complementar. A execução da Ação de Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar em 2009 foi de fundamental importância para o alcance do objetivo do programa, quando através de iniciativas simples foi possível firmar parcerias com agentes do segmento de previdência complementar na busca de alternativas para a realização da meta, dada a limitação dos recursos orçamentários. Apesar das iniciativas implantadas pela SPC, convém registrar que subsistem gargalos, como a ausência de estrutura administrativa de recursos humanos própria para implementar o Plano de Capacitação, além de forte contingenciamento orçamentário que atinge essa ação.

2 - A ação de Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar, por sua vez, ao fiscalizar os 82 planos de benefícios, indiretamente atingiu em quase a totalidade o público alvo ao representar 96% do que fora programado.

3 - Por fim, o principal resultado foi, sem sombra de dúvidas, a criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar por meio da Lei nº 12.154, de 23.12.2009.

4.4. REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL – PROGRAMA 1009

4.4.1. GERENTE

Fernando Rodrigues da Silva

4.4.2. OBJETIVO

Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

4.4.3. PÚBLICO-ALVO

Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

4.4.4. CONTEXTUALIZAÇÃO

Os regimes de previdência próprios da União, Estados e Municípios são deficitários em sua grande maioria, comprometendo cada vez mais recursos fiscais, podendo no futuro levá-los a uma completa asfixia financeira, impossibilitando-os de cumprir suas funções sociais. Dentre algumas causas que poderiam estar contribuindo para o problema podemos citar: (i) Regras inadequadas de acesso ao benefício; (ii) cálculo dos benefícios sem a equivalência do esforço contributivo; (iii) preservação dos direitos adquiridos; (iv) tratamento desigual para trabalhadores do setor público e do setor privado; (v) insuficiência de informações, legislação inadequada e cálculos atuariais deficientes.

O controle do financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos tem sido prioridade na agenda política dos governantes brasileiros especialmente em razão do desequilíbrio estrutural que vem causando nas contas públicas. Os gastos com a manutenção dos benefícios previdenciários dos servidores públicos vinculados a Regimes Próprios, via de regra, tem significativos pesos nos orçamentos públicos dos entes federativos, implicando negativamente na sustentabilidade do próprio sistema, além do comprometimento da possibilidade de alocação de recursos para o suprimento de demandas sociais. As sucessivas reformas promovidas no sistema previdenciário, cujo resultado vem promovendo o alinhamento das regras dos Regimes Próprios com as do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem o condão primordial de se buscar a obtenção do equilíbrio das contas que exigiam, a cada dia, aportes crescentes de recursos dos orçamentos dos entes federativos. A Emenda Constitucional n.º 20 de 15 de dezembro de 1998 foi um dos passos iniciais para se tentar controlar o desequilíbrio das contas Previdenciárias, incorporando à Constituição linhas gerais de um novo modelo de caráter contributivo, onde benefício e contribuição deveriam estar correlacionados de modo a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Todavia, as reformas introduzidas em 1998 modificaram a trajetória de crescimento da necessidade de financiamento, mas não foram suficientes para reduzi-la a patamares toleráveis. Assim, em 2003, a discussão da reforma da Previdência entrou como prioridade na agenda política do novo governo. A Emenda Constitucional n.º 41 de 19/12/2003 e 47

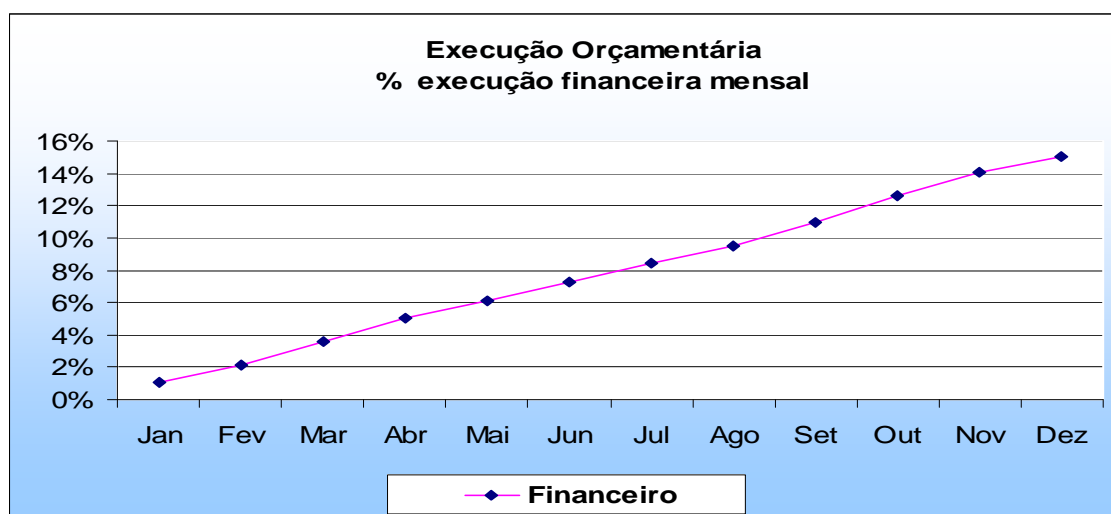


de 05/07/2005 instituíram modificações na Previdência dos Servidores Públicos tanto na forma de financiamento como no plano de benefícios. As mudanças afetaram, basicamente, os seguintes aspectos do plano de benefícios: a fórmula de cálculo, as regras de elegibilidade e a indexação dos benefícios, além de introduzir a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas.

Desde 1998, com a EC nº 20, novas exigências foram incluídas buscando a regularidade dos Regimes Próprios de Previdência Social, com destaque para observância do equilíbrio financeiro e atuarial, o que representou um incremento considerável no aporte de recursos para os regimes próprios com o objetivo de garantir a sustentabilidade desses regimes a médio e longo prazo, especialmente pela atuação do Ministério da Previdência Social no acompanhamento, orientação e supervisão desses regimes, cujos programas de apoio à reforma da previdência de estados e municípios levou à necessidade de direcionamento de esforços para a realização de ações diretas e indiretas de fiscalização dos regimes próprios e representam um grande esforço no sentido de promover o equilíbrio financeiro e atuarial a esses sistemas de previdência.

4.4.5. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 18.740.830,00	Empenho Liquidado:	R\$ 2.813.564,89
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 2.813.564,89



4.4.6. METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência - 2274 (Assistência técnica realizada)	480,00	34,00	16.183.850,00	777.480,47
(RAP 2008) Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência - 2274 (Assistência técnica realizada)	0,00	0,00	1.099.992,93	549.151,22
Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos - 2276 (Regime previdenciário auditado)	226,00	396,00	1.546.380,00	1.467.210,69
(RAP 2008) Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos - 2276 (Regime previdenciário auditado)	0,00	0,00	100.165,00	8.764,25

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Gestão e Administração do Programa - 2272	0,00	0,00	925.600,00	490.473,83
Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV - 5645 (Sistema Implantado /% de execução física)	16,00	16,00	85.000,00	78.399,90
(RAP 2008) Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV - 5645 (sistema implantado/% de execução física)	0,00	0,00	525.498,54	525.498,54
Subtotal LOA + Créditos 2009	18.740.830,00		2.813.564,89	
Subtotal RAP 2008	1.725.656,47		1.083.414,01	
Subtotal Não-Orçamentário 2009	0,00		0,00	
TOTAL	20.466.486,47		3.896.978,90	

4.4.7. INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2009	
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração
TAXA DE VARIAÇÃO DA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA - PERCENTAGEM	4,5	12/01/2003	2,26	12/2009
Fonte: Demonstrativos Previdenciários da União, Estados, Municípios e Distrito Federal				
Medidas corretivas necessárias:				

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

4.4.8. AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS

O Programa atingiu seu objetivo de apoiar a modernização dos RPPS nos Estados e Municípios, mas a União, porém ainda não concluía a modernização dos regimes próprios.

O baixo índice na execução deve-se, principalmente, ao atraso nas licitações para o cadastramento dos servidores públicos estaduais, o que prejudicou o Projeto PARSEP II

As ações de fiscalização superaram a meta prevista o que possibilitou assegurar a garantia da sustentabilidade financeira, econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Foram concluídas, no início de 2009 as aquisições de equipamentos, possibilitando a finalização do referido projeto e a disponibilização dos recursos aprovados na LOA 2009 para utilização, por meio de remanejamento, em outras ações orçamentárias. Tais equipamentos foram fornecidos para os Órgãos Gestores de RPPS nos Estados, objetivando viabilizar a modernização tecnológica dos mesmos. Inclusive, no caso de servidores de rede, possibilitar a implantação do SIPREV, propiciando o envio de dados cadastrais e financeiros para o SIPREV instalado na base central localizada no MPS, após a conclusão dos cadastramentos, bem como viabilizar a alimentação do

Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social – CNIS - RPPS.

Cabe esclarecer que eventuais gastos decorrentes da implantação do SIPREV deverão ser custeados pela ação 2274.

No que diz respeito ao físico previsto em 2008 e que se repete em 2009, podemos afirmar que se trata, apesar da unidade de medida distinta, do mesmo número constante da ação 2274, ou seja, 16. Assim, entendemos fica prejudicada a forma de mensuração dos resultados. Porém, registramos que a execução total em 2008 foi de 24 sistemas implantados, o que representa 150% do previsto.

4.4.9. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011

1 - Recadastramento dos servidores públicos do Executivo nos Estados e em aproximadamente 57 municípios, sendo estes os maiores municípios e as capitais

2- Fiscalização em 396 municípios superando em 75 % a meta prevista para o exercício 2009.

4.5. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PROGRAMA 1079

4.5.1. GERENTE

Valdir Moysés Simão

4.5.2. OBJETIVO

Informar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e deveres relativos à Previdência Social e dos meios para exercê-los, assegurando a proteção social aos cidadãos pela inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social, bem como contribuir para a divulgação dos canais de atendimento e a socialização de informações, demonstrando compromisso com a sociedade e com a sustentabilidade do país.

4.5.3. PÚBLICO-ALVO

População brasileira.

4.5.4. CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2005), do IBGE, em 2005, existiam no país 28,8 milhões de pessoas sem qualquer tipo de cobertura social, ou seja, 36,5% da população ocupada entre 16 e 59 anos. Ainda, existem no país cerca de 18,5 milhões de ocupados com 16 anos ou mais e renda igual ou superior a um salário mínimo que não contribuem para o RGPS. De acordo com os registros mantidos pela Previdência Social, existe um contingente significativo de pessoas que se inscreveram junto ao RGPS e que nunca contribuíram, ou então o fizeram por um período de tempo e abandonaram o seguro social, portanto, estão sem cobertura previdenciária. Além das questões relacionadas ao nível de renda do trabalhador e a estrutura de mercado, a baixa cobertura previdenciária é explicada, pelo desconhecimento por parte das pessoas sobre a importância da Previdência Social

A Previdência Social exerce um papel fundamental na manutenção da sustentabilidade social do país. Ela é o seguro do trabalhador brasileiro, garantindo a reposição de renda para o seu sustento e de suas famílias nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, invalidez, acidente e outros. Segundo dados da PNAD em 2005, por exemplo, existiam, no país, 50,1 milhões de pessoas socialmente protegidas com idade entre 16 e 59 anos. Este contingente faz parte de um universo de 78,9 milhões de pessoas que se declaram ocupadas e se encontram na mesma faixa etária, o que significa uma cobertura total de 63,5% , em outras palavras, de cada dez trabalhadores, cerca de seis estão socialmente protegidos, e quatro estão socialmente desprotegidos. Para equacionar este problema a Previdência Social vem realizando ações de sensibilização, conscientização e disseminação de informações à sociedade brasileira, com o intuito de atrair mais trabalhadores para a formalização de inscrição e permanência no RGPS, com vistas ao cumprimento de seu papel e contribuindo para o alcance de um dos objetivos da Seguridade Social, que é a universalidade da cobertura e do atendimento, além de resgatar a credibilidade da Previdência Social, como entidade pública que garante a renda futura do trabalhador por ocasião da aposentadoria ou infortúnio. As ações estão voltadas, em especial, aos empregados sem carteira assinada, trabalhadores domésticos, empregadores, feirantes, artistas, empresários, trabalhadores autônomos, estudantes, donas de casa, índios,

prostitutas e todos aqueles que podem ser inscritos na Previdência Social como contribuintes individuais ou facultativos. Buscando atingir todos os segmentos da sociedade, são realizados palestras, seminários, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas, universidades, no campo, nas igrejas, nas tribos indígenas, nas prisões, nas feiras livres, nas estradas e nas exposições de grande porte, entre outros lugares. A Previdência Social é um instrumento de proteção social compromissada com a justiça social e sustentabilidade do país. A sustentabilidade de longo prazo de um sistema previdenciário depende da interação e comprometimento intergeracional, de forma que as novas gerações também desfrutem do amparo securitário, sendo imprescindível o estabelecimento de uma cultura previdenciária para as próximas gerações, afirmando a necessidade de prevenir o futuro da família e de seus integrantes, por meio de ações educativas e continuadas de disseminação, conscientização e divulgação dos direitos e deveres previdenciários e os meios de acesso aos serviços previdenciários.

4.5.5. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 3.162.988,00	Empenho Liquidado:	R\$ 1.911.862,37
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 1.911.862,37



4.5.6. METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário - 2278 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	370,00	609,00	1.536.000,00	947.256,19
(RAP 2008) Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário - 2278 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	0,00	0,00	99.568,40	7.527,13
Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias - 2282 (PESSOA TREINADA/UNIDADE)	6.965,00	11.594,00	412.805,00	167.768,51
(RAP 2008) Formação de Disseminadores Externos das	0,00	0,00	60.554,79	58.345,20

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Informações Previdenciárias - 2282 (PESSOA TREINADA/UNIDADE)				
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	296.663,00	144.789,79
(RAP 2008) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	5.935,68	0,00
Promoção de Ações de Conscientização e Informação Previdenciária - 2284 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	414.929,00	486.980,00	917.520,00	652.047,88
(RAP 2008) Promoção de Ações de Conscientização e Informação Previdenciária - 2284 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	0,00	0,00	73.042,68	61.596,02
Subtotal LOA + Créditos 2009		3.162.988,00		1.911.862,37
Subtotal RAP 2008		239.101,55		127.468,35
Subtotal Não-Orçamentário 2009		0,00		0,00
TOTAL		3.402.089,55		2.039.330,72

4.5.7. INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2009	
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração
INDICADOR DE COBERTURA SOCIAL - PERCENTAGEM	63,4	31/12/2005	65,9	12/2009

Fonte: PNAD/IBGE/Ministério do Planejamento

Medidas corretivas necessárias: O índice de proteção estimado para 2011 já foi alcançado em 2009. Porém, é importante a manutenção das políticas de inclusão previdenciária e o trabalho de conscientização dos trabalhadores e trabalhadores para garantia da manutenção da proteção social.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

4.5.8. AVALIAÇÕES/JUSTIFICATIVAS

Os resultados obtidos foram acima do previsto pelo Programa em 2009 se devem a vários fatores, entre eles, a formação de servidores para atuarem nos Comitês Regionais e Locais do Programa de Educação Previdenciária - PEP, o que impulsionou a execução das metas, o apoio dos gestores do INSS em todos os níveis hierárquicos e os Acordos de Cooperação Técnica.

O público-alvo das ações do Programa é representado por toda a população brasileira, em especial aquelas pessoas que se declaram economicamente ativas, na faixa etária de 16 a 59 anos de idade. O Programa é composto por uma rede de colaboradores localizados nas Gerências-Executivas do INSS e Agências da Previdência Social e embora não estejamos presentes em todos os municípios brasileiros, conseguimos alcançar 100% do público estimado para o período.

O público atendido nas ações de educação previdenciária considera que as ações do Programas são de suma importância para o conhecimento das informações previdenciárias.

Na ação do Curso para formação de disseminadores externos (Ação 2282) é realizada avaliação sobre a atuação dos educadores e do conteúdo programático apresentado. Nas demais ações, a

avaliação é realizada por meio da manifestação verbal ou escrita das pessoas atendidas e, ainda, nas reuniões dos Conselhos de Previdência Social, cujos conselheiros representam os trabalhadores, empregadores e poder público. Outra forma de manifestação é pelo registro da manifestação junto a Ouvidoria da Previdência Social.

A avaliação das ações é realizada mensalmente pela Administração, por meio do Plano de Ação do INSS, a cada exercício. Além da avaliação mensal, quadrimestralmente, são realizadas reuniões de avaliação e controle de execução das ações da Coordenação de Educação Previdenciária com os Representantes do PEP nas Superintendências Regionais e, semestralmente, as Superintendências realizam essas reuniões com os Comitês de Educação previdenciária localizados em cada uma das Gerências-Executivas.

Por meio da Ouvidoria o cidadão pode solicitar ações do Programa de Educação Previdenciária para si e para a comunidade que participa. Eventualmente, os Coordenadores de Comitês do Programa são convidados a participarem de audiência pública que envolvam questões ligadas a Previdência Social e ao INSS.

Compreender o que cada segmento da sociedade necessita com relação a Previdência Social é fundamental para promover a cidadania e com isso ampliar a proteção social, por essas razões, a participação em grupos de interesse é fundamental para conhecermos as necessidades e discutir políticas públicas de inclusão previdenciária e social.

A grande maioria dos Coordenadores dos Comitês Regionais do PEP, localizados nas Gerências-Executivas do INSS, participam dos Conselhos de Previdência Social, entre outros. O Programa participa ativamente de Conferências Nacionais e regionais em todo o país, por meio de seus representantes nacionais e regionais, discutindo os temas afetos a Previdência Social.

O PEP tem sua gerência no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), mas identifica-se a necessidade de ampliar a articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social e com Ministério da Saúde, uma vez que o problema não envolve somente a previdência, mas, também toda Seguridade Social e Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil.

4.5.9. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO DO PPA 2008-2011

1 - A capacitação de servidores das Agências da Previdência Social para atuarem como disseminadores do conhecimento previdenciário, o aprimoramento dos servidores das Gerências-Executivas e o comprometimento dos gestores são os responsáveis pelos resultados alcançados pelo Programa, pois como os servidores desenvolvem outras atividades em suas unidades de atendimento e se candidatam voluntariamente para integrarem os Comitês do PEP, é fundamental que os gestores apoiem o Programa permitindo que os servidores ampliem a atuação junto a sociedade, chegando a quase meio milhão de pessoas em 2009.

2 - A formação de representantes da sociedade civil organizada, entidades, associações, entre outros, para atuarem como disseminadores.

EXPEDIENTE: Ministro da Previdência Social: Carlos Eduardo Gabas ° Secretário Executivo: João Ernesto Aragonês Vianna °; Subsecretário de Planejamento Orçamento e Administração: Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior; Coordenador-Geral de Planejamento Setorial: Nicir Maria Gomes Chaves; :Coordenadora de Planejamento: Eli Maria Marques de Lara, Corpo Técnico: Izabel Cristina de Araújo e Fabrícia Padilha de Oliveira.

Correspondência: Ministério da Previdência Social ° Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração °Coordenação-Geral de Planejamento Setorial

Esplanada dos Ministérios Bloco "F" Anexo Ala A sala 431° 70.059-900 ° Brasília-DF

Fone: (61) 2021-5072 , e-mail: cgps@previdencia.gov.br

